

# REVISTA MARACANAN

## Artigos

### **Doenças no pós-abolição: o impacto das doenças em pretos e pardos na região metropolitana do Rio de Janeiro (1888-1940)**

*Post-abolition illnesses: the impact of diseases on black and race-mixed people in the metropolitan region from Rio de Janeiro (1888-1940)*

**Carlos Eduardo Coutinho da Costa\***

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

**Recebido em:** 25 jan. 2023.

**Aprovado em:** 13 jul. 2023.


**Publicado em:** 06 set. 2023.



---

Essa pesquisa contou com o financiamento da Bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

\* Professor Associado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. (carlos.hist@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-7779-5655>

 <http://lattes.cnpq.br/6172194514076168>

## Resumo

O presente artigo busca apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa direcionada ao impacto das doenças na população negra no período Pós-abolição. Escolhi como área de estudo a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de compreender como a população dessas regiões foi impactada pelos surtos de doenças respiratórias e infectocontagiosas nos primeiros anos da República. Para atingir tais objetivos, criticando o uso dos discursos médicos, jornais imprecisos e estudos concentrados em capitais, analisarei os registros civis de óbitos do antigo município de Iguazu que apresentam dados relativos à cor, à idade, ao ano de morte e, principalmente, às *causas mortis*. Estes, por sua vez, serão comparados com os censos até o ano de 1940. Ao final, pretende-se produzir uma contribuição significativa para a historiografia o impacto significativo que famílias de pretos e pardos sofreram na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Doenças. Pós-abolição. Baixada Fluminense. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Pretos e Pardos.

## Abstract

The present article intends to present the first results of a research directed to the impact of diseases in the black population, in the post-abolition period. We chose the metropolitan region of the State of Rio de Janeiro as the study area in order to understand how the population of these regions was impacted by outbreaks of respiratory and infectious-contagious diseases in the early years of the Republic. In order to achieve these objectives, we will analyze the civil records of deaths in the former municipality of Iguazu, which present data on color, age, year of death and, mainly, causes of death, comparing them with the censuses, up to the year 1940. At the end, it is intended to contribute significantly to historiography by presenting research possibilities beyond medical discourses, imprecise newspapers and studies concentrated in capitals.

**Keywords:** Diseases. Post-emancipation. Baixada Fluminense. Rio de Janeiro Metropolitan Region. Black and Brown.

## Introdução

A escrita deste artigo veio como um reflexo de tentar compreender, após o período de pandemia de Covid-19 que vivemos recentemente, qual seria o real impacto desta doença sobre a população de pardos e pretos em regiões periféricas. A angústia surgiu não apenas pelas poucas notícias que até os dias de hoje existe sobre o impacto em regiões interioranas e rurais do país, mas, principalmente, por conta da falta de investimento acadêmico no estudo da gripe espanhola nessas regiões. Em relação às capitais, existem relatos e números existem aos montes, mas falta entender o impacto dessas pandemias, no interior do Brasil, nas gerações familiares de pardos e pretos.

Aqui pretendo apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa direcionada ao impacto das doenças na população negra no período Pós-abolição. Escolhi como área de estudo a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de compreender como a população dessas regiões foi impactada pelos surtos de doenças respiratórias e infectocontagiosas nos primeiros anos da República. Para atingir tais objetivos, analisarei os registros civis de óbitos do antigo município de Iguaçu<sup>1</sup> que apresentam dados relativos à cor, à idade, ao ano de morte e, principalmente, às *causas mortis*, comparando-os com os censos, até o ano de 1940. Ao final, pretendo demonstrar possibilidades de pesquisa para além dos discursos médicos, jornais imprecisos e estudos concentrados em capitais, contribuindo de maneira significativa para a historiografia.

Não são raros os documentos que podem ser utilizados para pesquisar o impacto de doenças em populações que residem em centros urbanos. Dentre os registros encontrados com facilidade, posso destacar: documentações de hospitais, como, por exemplo, das Santas Casas de Misericórdia; prontuários médicos; registros policiais; de relatos de viajantes e manuais agrícolas escritos por médicos; relatórios de Governo, província e ministros; discursos nas Câmaras locais e estaduais; e jornais. Contudo, encontrar essa farta documentação não é uma tarefa simples, pelo contrário, esta pode ser até mesmo inexistente em áreas periféricas, como é o caso da Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Para exemplificar essa ausência de documentação, o primeiro hospital da região foi fundado apenas em 1938; já o primeiro jornal desse território, o *Correio da Lavoura*, foi fundado em 1917; além disso, as atas da Câmara Municipal se perderam ao longo dos anos.

Somado a isto, tenho ainda menos informações sobre o impacto da gripe espanhola nessa região, uma vez que os estudos se concentraram nas capitais. Gostaria de destacar um dos trabalhos pioneiros de Carlo Bertolli. No ano de 1986, em busca de quantificar os mortos em

---

<sup>1</sup> O Antigo município de Iguaçu compreende hoje os atuais municípios da região metropolitana, que iniciaram sua emancipação a partir do ano de 1938: Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri e Queimados.

São Paulo pela Gripe espanhola, este pesquisador buscou os livros de cemitérios, de dez regiões diferentes e achou 5.429 mortos pela gripe espanhola. Seu achado foi muito importante para comparação com os registros oficiais de época que demonstravam ter 5.100 falecidos (Cf.: Bertucci, 2004, p. 29). Sua contribuição foi a de associar as *causas mortis* de doenças aos enterros na influenza, uma vez que era difícil o diagnóstico a época da enfermidade pandêmica. Ao final de seu trabalho percebeu que não foram os idosos ou jovens que mais padeceram, mas sim as crianças e recém-nascidos (*Ibidem*, p. 37). Apesar da importante contribuição à época de sua produção, ele não respondeu sobre os falecimentos nas regiões periféricas de São Paulo e muito menos afirmou se o que aconteceu lá era uma regra ou exceção, em comparação a outras regiões do Brasil.

Outros documentos também foram muito importantes para a construção de uma bibliografia sobre as enfermidades no Rio de Janeiro. Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril* (2017 [1997]), concentrou todos os seus esforços em avaliar o impacto das enfermidades endêmicas na então Capital Federal. A febre amarela surge como principal problema da sociedade carioca nos primeiros anos do período pós-abolição, tendo um impacto direto na população mais pobre, em sua maioria negra. Também demonstra como a elite e os sanitaristas criaram propostas para a sua erradicação. Tal pesquisa concentrou, principalmente, em fontes de jornais, boletins médicos, registros policiais, atas de câmara e romances para construir seu trabalho. São documentações que tiveram como foco a construção de discursos higienistas e racistas. Infelizmente, nessa época, Chalhoub não se dedicou a apresentar o real impacto da doença nas famílias negras em números quantitativos, reproduzindo quase sempre informações bastante imprecisas de boletins médicos ou de jornais. E, por fim, cabe lembrar que seu estudo se centralizou na então Capital Federal, dando pouco destaque à região metropolitana.

As publicações direcionadas para o estudo das doenças no Estado do Rio de Janeiro também apresentam imprecisões deste tipo. Em um livro organizado, denominado *História da Saúde no Rio de Janeiro* (Sanglard et al. 2008), os autores dedicaram suas linhas a demonstrar as artes arquitetônicas da saúde para analisar as memórias e a história das instituições públicas, a prática da medicina e os atendimentos. Todo o trabalho se concentra apenas na região da Capital Federal, tendo pouco ou quase nenhum destaque sobre os problemas enfrentados pela região metropolitana.

Para além das epidemias recorrentes, pouco se sabe sobre o impacto da gripe espanhola na vida da população negra no Brasil. Nesse esforço, dou destaque para dois trabalhos que se tornaram essenciais nos últimos anos: o de Liane Bertucci e o de Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. A primeira autora, através do livro *Influenza, a medicina enferma ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo* (2004), tão citado em nosso atual momento de pandemia, traz uma importante contribuição sobre as práticas medicinais de início do século XX, e, em especial, durante a gripe espanhola. Seus dados estatísticos mais relevantes sobre o impacto dessa doença na população da cidade de São Paulo são provenientes de boletins médicos ou de citações sobre Carlo Berloni, como apresentado no início desse artigo. Também

é preciso afirmar que os dados estatísticos do país não estavam concentrados em um único órgão e o que existia era extremamente precário (Cf.: Senra, 2006). Além disso, assim como os autores anteriores, as fontes das autoras são os jornais, relatos e a documentação oficial de época. De modo que, também não é possível saber qual foi o impacto dessa enfermidade nas regiões da periferia de São Paulo e, muito menos, na população recém egressa do cativeiro e seus descendentes.

Por último, e não menos importante, é preciso destacar os esforços em acompanhar o desenvolvimento da gripe espanhola em todo o território nacional. *A Bailarina da Morte* (2020) foi o último trabalho de pesquisa publicado no Brasil e citado em larga escala pelos acadêmicos. O primeiro objetivo desta publicação não foi abordar a gripe espanhola de forma generalizada, mas sim investigar como ela se desenvolveu nas principais capitais do país. O livro tem como alvo o grande público, não se preocupando em referenciar as informações mais centrais que constroem os seus argumentos. Porém, em momentos oportunos, fica nítido que o foco das autoras foram os jornais e os discursos de época e do parlamento. Em passagem rápida do livro, as autoras dizem que o Diretor de Saúde Sampsio Viana afirmava que os socorros se restringiam aos centros urbanos, enquanto outras regiões periféricas sofriam com o atendimento básico (Schwarcz; Starling, 2020, p. 126). Por fim, é importante destacar que as autoras desta obra falam das desigualdades raciais e do impacto das doenças sobre a população negra, porém não demonstram estes fatos através de indícios estatísticos, elucidando como ocorreu esse impacto, utilizando para isto apenas fotos e ilustrações (*Ibidem*, p. 146).

Inicialmente cabe lembrar que todos os trabalhos anteriores apresentados e criticados tiveram uma grande contribuição para a historiografia. Assim como, se torna importante elencar, que nenhum dos autores tinha como objetivo principal a análise demográfica e estatística. Todavia, em síntese, gostaria de reforçar três grandes lacunas presentes em todas as pesquisas mencionadas anteriormente. Em primeiro lugar, estas obras deram mais atenção a regiões centrais em detrimento das regiões periféricas, locais esses onde residiam as populações rurais ou pouco urbanizadas, pobres e cuja maioria das pessoas eram provavelmente pretas e pardas. Por conseguinte, tratam-se mais de estudos acerca da arte da medicina, de práticas de cura, de projetos de higienismo, entre outros, e quase sempre omitem o racismo operante no atendimento à população negra. Por último, tais autores se dedicaram mais a investigar discursos de jornais, boletins médicos, relatos e atas parlamentares do que pesquisar dados demográficos ou de estudos populacionais. Com isso, sabe-se muito pouco sobre o impacto das doenças endêmicas e pandêmicas nas famílias negras periféricas e rurais no Brasil. E, por fim, estas pesquisas não utilizaram várias metodologias presentes à época de suas pesquisas e que hoje se mostram ser frutífera, como a história oral, os registros paroquiais e civis de óbito.

## O problema das fontes e a abordagem metodológica

Com o advento da República e da maior burocratização do governo, o registro civil ganhou novo fôlego e, mesmo diante de pressões contrárias, no ano de 1889 os primeiros registros começaram a ser escritos. O decreto de 1888 impôs regras para o assentamento dos registros de nascimento, casamento e óbito, sendo uma das primeiras regularizações referente ao declarante. Inicialmente, o Art. 6 estabelecia que “os empregados do registro civil não devem inserir nos assentos, que lavrarem, ou nas respectivas notas e averbações, senão aquilo que os interessados declararem”. A parte deveria, no prazo máximo de três dias, declarar o nascimento da criança; no entanto, dependendo da distância da residência em relação ao local do registro, o prazo poderia ser estendido para até sessenta dias (Art. 53). O declarante deveria ser, em primeiro lugar, o pai da criança, e, caso esse estivesse impossibilitado, era dever da mãe registrar; se ambos não pudessem declarar, algum parente próximo deveria se apresentar ao cartório (Art. 57). Somando a essas condições, os livros deveriam ter, no máximo, duzentas folhas e deveriam ser fornecidos pelos poderes estaduais (*apud* Senra, 2006, p. 90-91).

No que se refere aos óbitos, a maior preocupação era em relação aos enterros coletivos, sem qualquer referência ao indivíduo falecido. O Art. 74 decretava que “nenhum enterramento se fará sem certidão do Escrivão de Paz do Distrito, em que se tiver dado o falecimento”, salvo em casos específicos, como a não localização ou mesmo “ter sido causa da morte moléstia contagiosa, a juízo do médico, o enterramento poder-se-á fazer com autorização do Inspetor do quartirão, abrindo-se assento no dia imediato, e mencionando-se nele a dita autorização” (Art. 75) (*Ibidem*, p. 93). Quando havia informações claras sobre o indivíduo, outros procedimentos eram adotados. De acordo com o Artigo 76 quando o falecimento se dava em seio familiar, era obrigação, em primeiro lugar, do chefe de família comunicar a morte, em seguida a viúva e os filhos. Já em casos nos quais o óbito ocorria em locais de trabalho, o administrador, diretor, gerente deveria se apresentar ao cartório mais próximo. Não obstante, na falta das pessoas anteriormente citadas, esse papel era incumbido àquela que tiver assistido aos últimos minutos do falecido, “o Pároco ou sacerdote que lhe tiver ministrado os socorros espirituais”, ou o vizinho mais próximo. Por fim, a autoridade policial, para os casos de vítimas encontradas mortas (*Idem*).

Assim como nos registros de nascimentos, o Artigo 77 obrigava os agentes cartorários a assentarem nos óbitos informações básicas. A saber, 1) o dia, hora, mês e ano de falecimento; 2) o lugar de residência do morto; 3) Nome, sobrenome, apelidos, sexo, idade, estado, profissão, naturalidade e residência; 4) situação conjugal e o nome do cônjuge; 5) declaração se era filho legítimo, natural ou *exposto*; 6) Nomes, sobrenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais; 7) se possui testamento; 8) Se deixa filhos, quantos e os nomes; 9) Causa da morte; 10) Local de enterro. Caso não houvesse qualquer informação referente ao falecido, o registro deveria conter a estatura, a cor, os sinais aparentes, a idade presumida, o vestuário e qualquer outra indicação que possibilitasse o futuro reconhecimento (art. 78) (*Ibidem*, p. 93-94).

No mesmo ano de abertura do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª Circunscrição de Nova Iguaçu, mais dois cartórios passaram a operar em São João de Meriti e em Vila de Cava, ambos distritos Nova Iguaçu, nesse período.<sup>2</sup> Por conta da mudança de eixo econômico da Vila de Cava para a nova sede, atualmente conhecida como Nova Iguaçu, optei por analisar somente esse cartório, entre os anos 1889 a 1939, ou seja, os anos do imediato pós-abolição ao censo demográfico de 1940. Em virtude da quantidade significativa de registros de óbitos, segui um critério estatístico, optando por pesquisar os registros em intervalos de cinco anos, são eles: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939. Ao total, foram computados, em base de Access, 3.591 registros.

Apesar de todos os esforços dos legisladores e do governo brasileiro na implantação do registro civil de nascimento e de óbitos, ao analisá-lo *in locu*, é possível notar os seus limites, como também suas qualidades. Inicialmente, busquei, através dessa documentação, prover uma análise demográfica da região, semelhante ao realizado com documentação eclesiástica do século XVIII ao XIX por diversos pesquisadores (Guedes, 2008; Guedes; Fragoso, 2016; Machado, 2008). Por haver uma obrigatoriedade “de registrar batismos, casamentos e óbitos imposta pela Igreja de Trento” (Marcílio, 2004, p. 46) essa documentação tornou-se providencial para os estudos históricos, uma vez que “os registros paroquiais se constituem, pois, na fonte por excelência da Demografia Histórica” (*Idem*).

Em um esforço inicial, tentei comparar a quantidade de nascimentos registrados na igreja com aqueles registrados no civil, e a conclusão não foi das melhores. Uma das primeiras constatações, pelo menos para o Estado do Rio de Janeiro, foi a presença de um número maior de sub-registros, em comparação aos registros eclesiásticos. Contudo, nota-se que pelo menos para os registros civis analisados no Norte Fluminense – por Hebe Mattos (1995) –, em Paraíba do Sul – por Ana Lugão Rios (1990) – e na Baixada Fluminense por mim (2020) –, tanto os de nascimento quanto os de óbito, apresentaram proporções muito semelhantes de sub-registros quando comparados brancos, pardos e pretos. Isto é, a nenhum grupo foi proibido a presença nos cartórios e o assentamento de registros de seus familiares.

A partir disso, busquei empreender uma abordagem qualitativa à fonte. Nesse sentido, através dos registros civis é também possível demonstrar situações limites do cotidiano, assim como também informar comportamentos coletivos da população (Cf.: Rios, 1990, p. 16; Barth, 1981; Ginzburg, 1992). De acordo com Hebe Mattos (1995, p. 330), os dados retirados dos registros civis são “bem significativos do ponto de vista da análise social, possibilitada pela rara referência sistemática à ‘cor’”. Apesar da qualidade superior, a maior dificuldade encontrada pelos historiadores, concentrados na análise sobre o pós-abolição e na pesquisa serial dos

<sup>2</sup> Ainda não é possível precisar, mas, após a década de 1960, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Igreja dos Mórmons, microfilmou diversos documentos no Brasil. Atualmente boa parte dos registros civis e eclesiásticos de nascimento, casamentos e óbitos, assim como listas de entrada de imigrantes, encontram-se digitalizados e disponibilizados pela plataforma do site [www.FamilySearch.Org](http://www.FamilySearch.Org). Caso a sua cidade não conste nesta plataforma basta procurar uma das Igrejas para ter acesso aos microfilmes que ainda se encontram sob sua guarda.

registros eclesiásticos, consiste na presença da categoria “cor” na documentação. Hebe Mattos (*Ibidem*, p. 329), ao analisar o norte fluminense, constatou que “já na segunda metade do século XIX os registros paroquiais das paróquias de Campos não declaravam a ‘cor’, nem mesmo das crianças livres levadas a batismo”. Situação análoga à encontrada por Ana Rios (1990, p. 13), pois “os registros paroquiais em Paraíba do Sul após 1888 não fornecem a cor de quase nenhum dos personagens, além de serem extremamente pobres”. E o mesmo acontece com a documentação eclesiástica encontrada na Cúria Metropolitana do Município de Nova Iguaçu.

Em contrapartida, não foi incomum encontrar a categoria “cor” nos registros civis do Estado do Rio de Janeiro nos primeiros anos de abertura do cartório. Em seus dados, Ana Lugão Rios (1990, p. 100), ao computar os dados do Município de Paraíba do Sul, notou a quase inexistência de registros de casamentos de pessoas categorizadas como pretas e pardas ao longo dos primeiros anos republicanos. O registro de nascimento e óbito era “mais pobre de informações do que o fora [o eclesiástico] no Império e com um sub-registro bem maior”. Entre os principais problemas constataram-se a falta de nomeação dos padrinhos, assim como “as diversas situações conjugais cede[rem] lugar a penas duas: casados e solteiros” (*Idem*). Assim como no Norte Fluminense, ao se aproximar da década de 1920, o número e proporção dos registros de pretos e pardos diminuiu consideravelmente (Mattos, 1997, p. 104; 329).<sup>3</sup>

Na região da Baixada Fluminense – e aqui consiste a originalidade desse artigo – entre os anos de 1889 e 1940, a menção à categoria “cor” no 1º Ofício de registro de pessoas naturais do Município de Nova Iguaçu estava presentes em 99,4% dos registros analisados. As cores nos registros civis aparecem, em sua grande maioria, divididas em: brancos, pardos e pretos. Também encontrei outras categorias de cor as quais não permanecem ao longo dos anos, a saber: moreno, clara e fula. Para facilitar a análise dos dados, em virtude de seu número reduzido de aparições, optei por somá-las e denominá-las “outras cores”.

Busquei também analisar a mudança das terminologias empregadas na categoria “cor”, ao longo dos anos. No dicionário da Língua Portuguesa de Antonio Silva de Moraes, publicado em 1890, as cores são representadas de diversas maneiras. “Branco” como substantivo significa apenas aquele que tem “a côr branca”, enquanto como adjetivo é o “da côr da cal, limpa, da neve, do leite”; ou a melhor definição “homem branco, oposto a pardo, preto”. Já para os homens pardos tem-se a seguinte definição: “côr escura entre o branco e o preto; homem de côr, mulato, um pardo.” Enquanto para as mulheres, fica a seguinte citação: “mulher de côr. Usa-se este nome geralmente no Brasil, em vez de mulata, por darem a este termo uma significação depreciativa, ou offensiva.” Para Moraes, o “preto”, em 1890, é aquele da “Raça preta, ou negra; raça de homens caracterizada pela pelle negra; raça ethiopica”. Ingressando nas outras

<sup>3</sup> Para Hebe Mattos (1997), a ausência significativa da categoria “cor” na documentação judiciária, estava ligada, em primeiro lugar à qualificação da testemunha. Para ela, os termos “preto” e “negro” eram usados, quase sempre para fazer referência de modo pejorativo, à condição de ex-escravo da pessoa e/ou de seus antepassados. Em segundo lugar, tratava-se de uma estratégia social, empreendida pelos próprios negros, com a finalidade de evitar a segregação racial. Desse modo, o silenciamento da cor era compreendida como uma estratégia de inserção social.

terminologias de cores que aparecem muito pouco, encontram-se os “claros” e os “fulos”. O primeiro é caracterizado como “branco ou quase branco; pessoa clara; não trigueira”. E os fulos: “diz-se do preto, e do mulato, que não tem a cor bem fixa, mas tirante a amarello ou pallido” (Cf.: Silva, 1890). E, desse modo, nesse artigo optei por denominá-los de “outras cores”.

Em 1899, para Candido de Figueiredo, a definição das cores não parece ter se modificado tanto em relação ao dicionário anteriormente citado, incluindo apenas cores não enunciadas (Cf.: Figueiredo, 1899). Para os “morenos”, a definição para mulher e homem é “aquele que tem côr trigueira”, sendo a definição de trigueiro apenas aquele “que tem a côr trigueiro maduro; moreno”. E o que mais chama atenção, pelo menos nesse dicionário, é a referência ao possível passado escravista que se faz à cor preta: “habitante negro da África; escravo preto”.

Nos dicionários de S. da Fonseca e de Laudelino Freire, publicados em 1926 e 1939, respectivamente, não há grandes diferenças nas definições da cor. Para o branco, a definição continua como “que tem a côr da neve, da cal, do leite.” Tendo apenas uma clara referência ao passado desse grupo no segundo dicionário, no qual ele é referenciado como “Senhor, Patrão”. Dos fulos, continua a afirmação de que estão entre pardos e pretos e “tirantes a amarello”. O pardo é referenciado como “aquele que é mestiço das raças brancas e negras; aquele que é escuro ou trigueiro” (Cf.: Fonseca, 1926; Freire, 1944).

Cabe aqui lembrar que a mudança de significados das cores ao longo dos anos, e como visto aqui nos dicionários, não é a preocupação última desse artigo. Uma das autoras que conseguiram visualizar, nos diversos dicionários pesquisados, a mudança da cor, de acordo com a situação social de cada grupo, foi Margarida Correia (2006). A partir da análise, somente dos dicionários portugueses contemporâneos, ela analisou a discriminação racial propagada por escritores na época através desses glossários.

Em relação aos sub-registros, um dos problemas das fontes de demografia histórica, é possível observar, através desses números, uma busca mais intensa pelo registro civil de nascimento em comparação ao óbito. Inicialmente, era conhecimento público e notório o alto índice de mortalidade por doenças infectocontagiosas na região, como malária e tuberculose (Cf.: Pereira, 19701), ou seja, os sub-registros de óbito superam em muito os de nascimento. Apesar disso, os dados analisados acompanharam o aumento populacional comparado aos censos. Desse modo, mesmo não sendo possível analisar demograficamente a região por meio de tais registros – a exemplo do que ocorre para os séculos anteriores com a documentação eclesiástica –, é possível obter indícios interessantes e importantes da movimentação e do crescimento populacional entres os anos de 1889 a 1940, assim como retirar informações sobre o imediato pós-abolição. Entre outras informações, a partir desses dados também é possível analisar diversas características da população, da família e de sua movimentação, de acordo com Bassanezi (2011, p. 12):

através desses registros, é possível recompor uma parcela do mundo da infância, da família, da mulher, do trabalhador migrante [...]; ao óbito (idade ao falecer, causa morte, sem ou com assistência médica) entre os migrantes e os relativos ao nascimento, casamento e óbito de seus filhos na terra hospedeira. Como é

possível recompor as características do movimento migratório em termos de volume, sexo, idade, nacionalidade, naturalidade, estado conjugal, filiação legítima ou ilegítima, ocupação, condição social, instrução e verificar a existência de certos padrões específicos de comportamento demográfico ou sociocultural.

Esses são os dados essenciais que podem ser retirados dos registros civis de nascimento, ou, como Bassanezi prefere denominar: registros de eventos vitais (*Idem*).

## Doenças e mortes nos registros civis de óbito

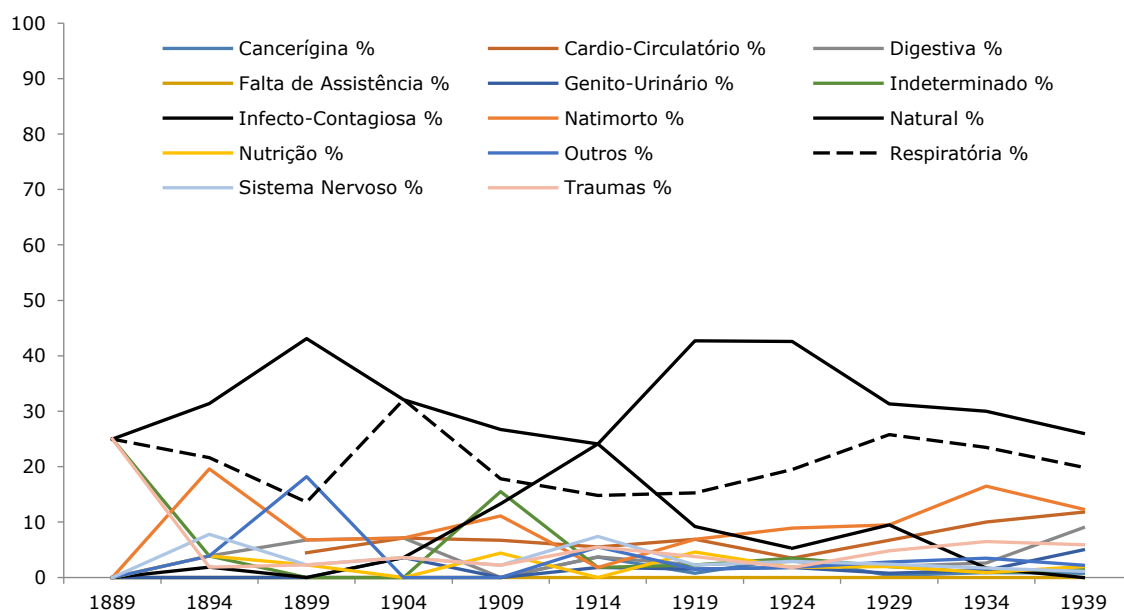
Nos gráficos a seguir, separei as doenças respiratórias das infectocontagiosas – mesmo reconhecendo que ambas estão na mesma categoria – com a finalidade de tentar captar as mortes causadas pela influenza. Em primeiro lugar, destaco que não há qualquer registro como *causas mortis* de *gripe espanhola*. Cabe lembrar que o diagnóstico de tal doença era muito difícil de ser realizado. De acordo com a Lilian Schwarcz e Heloisa Starling (2020, p. 16), a gripe chegou pelo navio Demerara em setembro de 1918, e ao longo dos meses e na virada do ano, se estendeu pelo Estado e pelo país. Nos gráficos abaixo tenho o ano de 1919 para observar o impacto dessa doença na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Nestes registros não é possível observar as ondas mensais ou semanais da propagação, uma vez que a escolha metodológica foi pelos anos. Por isso, a escolha de colocar todas as doenças respiratórias na mesma categoria.<sup>4</sup> Um olhar mais atento mostra claramente que nenhuma dessas enfermidades atingiu somente um único grupo. Muito pelo contrário, todos sofreram dos mesmos males, até a década de 1940, sem distinção.

Os gráficos foram construídos a partir dos registros civis de óbitos por ano e por cor, e uma das informações que mais chamam a atenção, quando analisadas, é a mortalidade infantil. No início dos registros cartoriais, as crianças registradas como brancas e pardas aparentemente foram as que mais sofreram com a falta de assistência médica na hora do parto. Quando analisados percentualmente percebi que boa parte das crianças brancas e pardas não conseguiu completar sequer um ano de idade. Já as falecidas e registradas como pretas, tanto em números absolutos quanto percentualmente, tiveram índices de mortalidade muito inferiores em relação às outras cores nessa faixa etária.

---

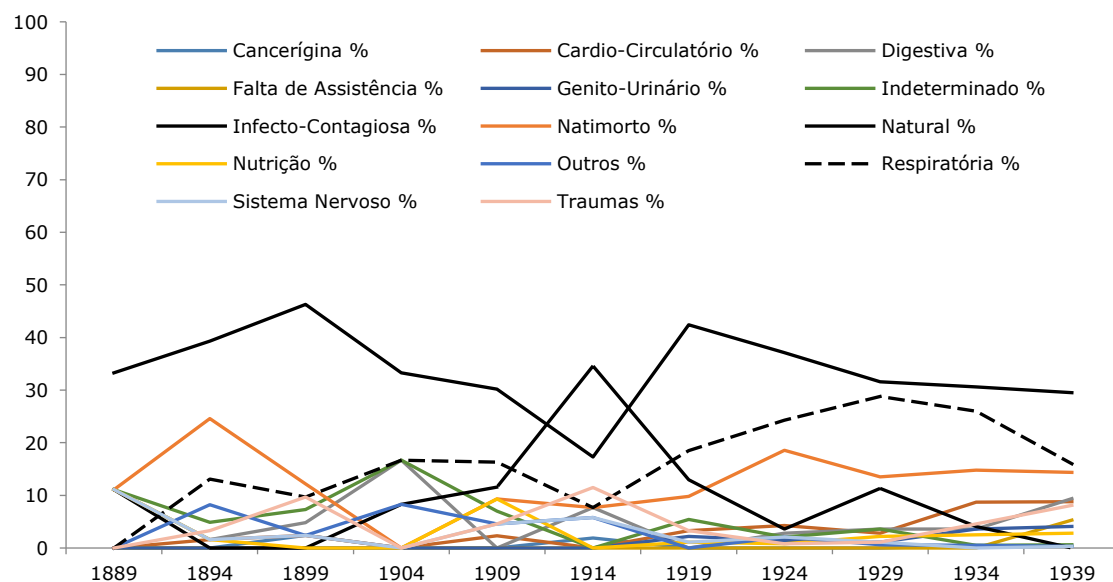
<sup>4</sup> Lista de doenças respiratórias: Abscesso no Pulmão; Ataques Asmáticos; Bronquite Crônica; Broncho-abeolite; Bronco-pneumonia; Bronquite; Bronquite capilar; Bronquite dupla; Catarro; Catarro sufocante; Congestão pulmonar; Coqueluche; Edema Pulmonar; Febre Gripal; Gripe; Gripe Pneumônica; Gripe Pulmonar; Hemoptise; Infecção Pulmonar; *Influenza*; Ipheno Pneumonia; Lesão pulmonar; Mycose Pulmonar; Necrose Pulmonar; Phymatose Pulmonar; Pleuris Supurado; Pleuriz Pleuro; Pneumonia; Pnemufia Colecer; Pneumonia Pneumonia Aguda; Pneumonia Dupla; Pneumonia Grippal; Pneumonia Lobar Ruptura do pulmão; Servicho Pneumonia Sofrimento da Laringe; Tísica; Tísica misenterica; Tísica pulmonar; Tosse; Coqueluche; Tuberculose; Tuberculose da Larynge; Tuberculose Galopante; Tuberculose generalizada; Tuberculose Ossea; Tuberculose pulmonar; Tuberculose Vesical; e Tuberculose Mezinterica.

**Gráfico 1** – *Causas Mortis* (%) de brancos por ano nos registros de óbito. Município de Nova Iguaçu, 1899-1939.

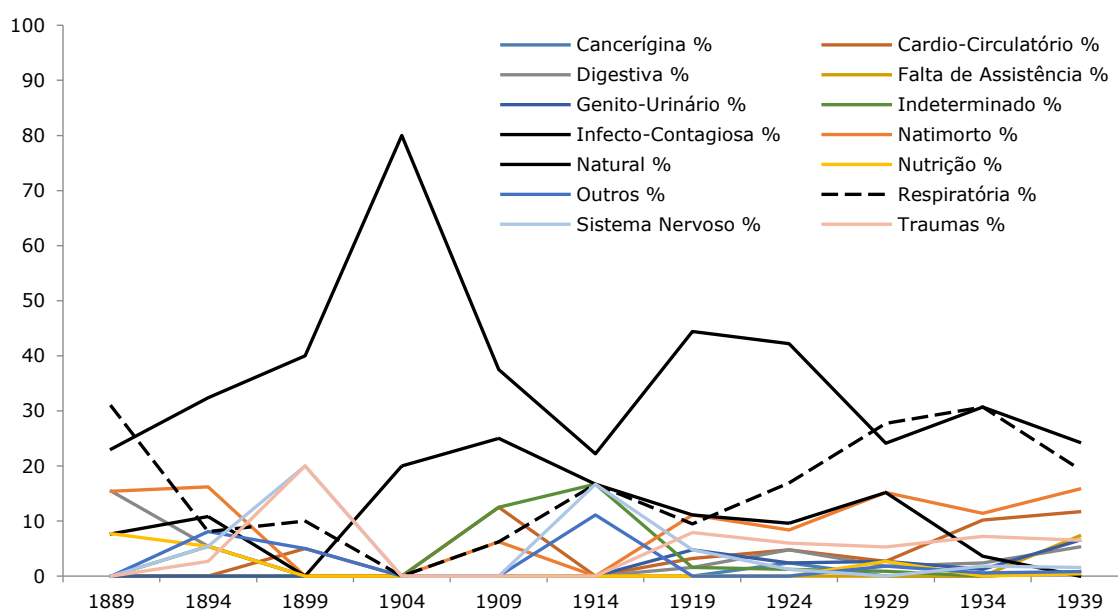


Fonte: Registros Cíveis de óbito do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

**Gráfico 2** – *Causas Mortis* (%) de pardos por ano nos registros de óbito. Município de Nova Iguaçu, 1899-1939.



Fonte: Registros Cíveis de óbito do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

**Gráfico 3** – *Causas Mortis (%)* de pardos por ano nos registros de óbito. Município de Nova Iguaçu, 1889-1939.

Fonte: Registros Cíveis de óbito do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

O ano de 1894 apresentou o pico do percentual de crianças pretas e pardas nascidas. Quando comparados ao ano de 1890, fica claro que houve uma melhora significativa na qualidade de vida de todas as crianças registradas como pretas e pardas entre 1889 e 1904. Com o passar dos anos, os índices de mortalidade dos brancos mantiveram-se os mesmos, enquanto os dos pardos melhoraram um pouco. Contudo, há uma mudança que afeta pessoas de todas as cores em 1914, quando mais uma vez a quantidade de natimortos aumenta para toda a população esse deve ser um dos motivos, aliado a emigração, pelo qual o censo de 1890 apontou um crescimento demográfico bem baixo em relação ao ano de 1872, passando de 31.251 pessoas para 33.396 (IBGE, 1872 e 1890).

Para além do falecimento de recém-nascidos, nada parece ter matado mais na Baixada Fluminense do que as doenças infectocontagiosas. Até o ano de 1916, o antigo município de Iguaçu tinha sua sede em Vila de Cava e no seu entorno havia muitas áreas alagadiças, as quais propiciaram à propagação de doenças. Desde que assumiu o governo da Província do Estado do Rio de Janeiro, em 1903, até o seu mandato como Presidente, em 1909, Nilo Peçanha atuou fortemente para tentar amenizar esses problemas na Baixada Fluminense (Cf.: Torres, 2004). Um dos principais resultados pode ser observado nos gráficos anteriores. Para brancos, pardos e pretos o auge da infestação de diversas doenças ocorreu entre 1899 e 1904, e as ações do então Governador parecem ter surtido efeito, não é à toa que para brancos e pardos o decréscimo de falecimentos devido a essa causa foi significativo. Contudo, como os mesmos gráficos demonstram os problemas não foram sanados de vez, na verdade, foram apenas controlados nesse curto período até 1914. E somente para os pretos as ações de saneamento

básico não foram tão efetivas, pois, após esse período a mortalidade, por conta das doenças infectocontagiosas não diminuiu do índice de 50%.

A condição de indigente também é um fator a ser levado em conta na hora da análise da qualidade de vida. Entre todos os registros, a referência à cor é baixíssima, tanto que foram enterradas apenas duas pessoas da cor preta, a saber: Joaquim Moraes da Conceição, falecido aos 21 anos de tísica, na cidade de Nova Iguaçu;<sup>5</sup> e Antonio Baptista, aos 55 anos, solteiro, de profissão "jornaleiro", faleceu de *Hepatite Cronica*, dentro da cadeia de Nova Iguaçu.<sup>6</sup> No ano seguinte, 1894, foram enterrados um branco e sete somados pardos e pretos. E, em 1899, foi um branco para quatro do outro grupo. Contudo, a substancial mudança na qualidade de vida aparentemente ocorreu após esse período. Nos anos compreendidos entre 1894 e 1904, apenas uma pessoa foi enterrada, por ano, na condição de indigente, entre os negros. Em nenhum dos casos de pretos e pardos sepultados, dessa maneira, houve qualquer referência a uma condição de ex-cativo ou mesmo de ascendência ligada à escravidão.

Nem sempre ser enterrado na condição de indigente caracterizava-se por uma ausência de estrutura familiar ampliada. Dentre os cinco casos nos quais o nome da mãe é citado, três são de crianças que não completaram dois anos, enquanto os outros dois casos são de pardos e pretos. O primeiro é de Lino José Soares, de cor parda, que faleceu com 42 anos, na localidade denominada São Bento, atual Município de Duque de Caxias, no ano de 1909, de Béri-Beri. Era casado e foi declarado como sendo filho "legítimo" de Marcelino José Soares e de Joaquina de Amas Divino.<sup>7</sup> Já o segundo, é de Joaquina Moraes da Conceição, lavradora, de cor preta, de idade 21 anos, e moradora da região de Maxambomba. Era solteira e filha natural de Maria Joaquina. Tinha dois filhos, Maria de três anos e Anthonio de dois. Faleceu de Tísica e foi enterrada no Cemitério Público da Cidade.<sup>8</sup>

Outro dado importante de indício de qualidade de vida e, possivelmente, a mobilidade social, ao longo dos anos, é a idade média ao morrer, por ano e por cor. No gráfico abaixo, nota-se que em vários momentos pretos e pardos possuem uma idade média acima dos brancos, com destaque para os primeiros. Esses, então, têm idades superiores em dois momentos, entre 1899 e 1909, e, surpreendentemente, entre 1919 e 1939. Não foi difícil encontrar pessoas sendo registradas como pardas e pretas com mais de oitenta anos. Esse foi o caso de Dona Emiliama Maria do Espírito Santo, de cor preta e moradora do interior do Município de Nova Iguaçu. Ela veio a falecer com 84 anos no ano de 1909, não tinha filhos e nem era casada. Foi sepultada no Cemitério de São Bento, atual Município de Duque de Caxias, por conta de uma Febre.<sup>9</sup> Em 1919, também foi possível encontrar pessoas registradas como pretas. Carolina Maria Clara faleceu

<sup>5</sup> Registro Civil de Óbitos do 1º Ofício de Registros de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu (doravante RCO). Livro 1, reg. 145, 1889.

<sup>6</sup> RCO. Livro 2, reg. 373, 1889.

<sup>7</sup> RCO. Livro 6, reg. 300, 1909.

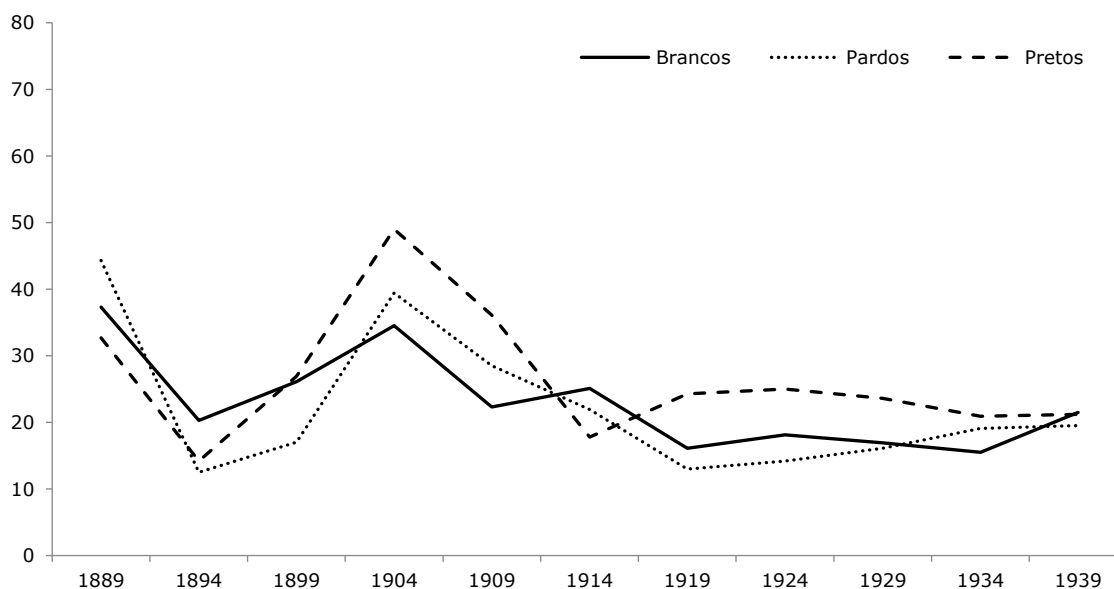
<sup>8</sup> RCO. Livro 1, reg. 145, 1889.

<sup>9</sup> RCO. Livro 6, reg. 235, 1909.

aos noventa anos, na localidade denominada Andrade Araujo, atual Município de Belford Roxo. Era natural de Nova Iguaçu, solteira e de profissão Doméstica.<sup>10</sup> No mesmo ano, também faleceu Angelo dos Santos, nascido em Morro Agudo, interior desse Município, faleceu com oitenta anos presumíveis, era lavrador e não possuía filhos.<sup>11</sup> Em todos os casos analisados, no período compreendido entre 1889 e 1939, não existem quaisquer referências aos óbitos que possam relacionar essas pessoas a uma experiência no cativeiro.

Mesmo quando se calcula todo o período, as idades médias de morte continuam a ser superiores para pretos. Existe o seguinte panorama, brancos 19,5, pardos 18,2 anos e pretos 22,8 anos. Isto significa que ou os pretos viveram muito mais tempo do que os brancos e pardos entre 1889 e 1939 na Baixada Fluminense ou essa população era mais velha, em média, fazendo com que a idade média ao morrer aumentasse, devido ao pequeno número de crianças nascidas. Efetivamente, ainda não consegui identificar o porquê desse fenômeno. Uma das possibilidades que posso levantar é a rápida inserção social dos ex-escravizados ainda no período anterior à abolição, uma vez que a quantidade de escravizados era ínfimas em comparação às grandes áreas cafeeiras do Vale do Paraíba (Cf.: Bezerra, 2012). Aliado a isso, a decadência econômica da produção de cana de açúcar e do café, no último quartel do século XIX, na Baixada Fluminense, pode ter acelerado as alforrias elevando-as a altas taxas. Porém só um estudo sistemático das alforrias desse período, o qual ainda não foi realizado, poderia auxiliar o meu argumento.

**Gráfico 4** – Idade média de morte por ano nos registros civis de óbito. Município de Nova Iguaçu, 1889-1939.



Fonte: Registros Civis de óbito do 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: 1889, 1894, 1899, 1904, 1909, 1914, 1919, 1924, 1929, 1934 e 1939.

<sup>10</sup> RCO. Livro 11, reg. 293, 1919.

<sup>11</sup> RCO. Livro 11, reg. 130, 1919.

Na contagem numérica de mortos total, dentro do período pesquisado, pretos e pardos foram os mais atingidos. Para se ter uma noção, dos 2.940 registros que apresentam a cor do falecido, 38,1% é de brancos, enquanto 61,8% são deste grupo. Provavelmente, esse fato pode estar ligado ao maior e melhor acesso à assistência médica por parte dos primeiros, mesmo que precário, uma vez que o hospital do Município foi inaugurado apenas em 1935, durante a gestão Vargas. Logo, qualquer ajuda pontual de pequenos casos ficava a cargo de boticários e médicos locais, que se encontravam, na maior parte das vezes, na sede da cidade recém denominada de Nova Iguaçu. Até essa data, o hospital mais próximo ficava na Capital Federal. Essa distância, por vezes, foi inimiga dos enfermos mais graves, como ocorreu a Mara Ignacia da Conceição de 85 anos, de cor preta e residente em Iguassú. Em 1909, estava a "*caminho da Santa Casa de Misericórdia da Capital Federal*", mas veio a falecer durante o trajeto.<sup>12</sup> Logo, a proximidade com a nova sede interveio no acesso à melhor condição de saúde, que mesmo precária, era de pronto atendimento.

Entre os anos de 1889 a 1939, a população do Município de Nova Iguaçu tendeu a se concentrar em algumas regiões específicas. Cabe destacar, em primeiro lugar, o grande deslocamento populacional ocorrido após 1914. Brancos, pardos e pretos parecem ter abandonado a antiga sede do município que se localizava na Vila de Cava. Historiadores locais e acadêmicos já haviam apontado para uma mudança demográfica após a virada do século XIX para o XX na Baixada Fluminense (Pereira, 1993; Ferreira, 1970; Souza, 2000; Torres, 2004; Souza, 1992). O declínio econômico da antiga sede gerado principalmente pela crise do café e do ressecamento dos rios que serviam para escoamento da produção do interior do país, assim como várias epidemias seguidas de "*cóleras morbus*", motivou a saída da antiga Vila de Iguassú. A região de Maxambomba, nesse mesmo período, se apresentava como um novo eixo econômico regional, em virtude tanto da construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, quanto das novas plantações de laranja que já despontavam no mercado nacional. Em 1916, a região foi elevada a sede do Município, denominando-se "Nova Iguaçu". Contudo, nenhum dos pesquisadores, até a presente pesquisa, havia acompanhado por cor e visualizado em números a movimentação populacional no interior do Município de Nova Iguaçu. Esta pesquisa pode ajudar a futuros historiadores da região a compreender a composição social de cada atual município emancipado a partir desses gráficos.

Para a atual pesquisa, o que importa nesse momento é visualizar a proximidade à sede, uma vez que os médicos, boticários e farmacêuticos ali estavam concentrados, ou seja, quanto mais próximo à cidade, melhor é o acesso a saúde e a condição de vida. A partir de 1914 – o período de grande mudança –, brancos, pardos e pretos abandonaram o interior do município e se espalharam por diversas regiões. Durante a década de 1920, houve certa estabilidade e brancos e pardos conseguiram sobreviver na sede do município.

---

<sup>12</sup> RCO. Livro 6, reg. 296, ano de 1909.

A segunda mudança na vida de todos foi a década de 1930. Com a chegada maciça de trabalhadores de diversas regiões do país e a provável valorização tanto dos aluguéis quanto das propriedades agora direcionadas para a produção de laranja, poucos conseguiram se manter na sede. Somente os brancos conseguiram permanecer neste local. Parte significativa dos pardos retornou para o interior do município, onde as propriedades deveriam ser mais baratas. A experiência dos registrados como pretos foi bem diferente. Mesmo após a grande mobilidade após 1914, estes nunca abandonaram por completo a zona rural, ou seja, o interior do município.

Retornando ao argumento – quanto maior a proximidade à sede do Município, maior a possibilidade de um melhor acesso aos aparatos de saúde, como médicos e boticários – através desses dados foi possível observar que nenhuma pessoa, independentemente de sua cor, foi impedida o acesso de moradia à sede. Isto significa que, apesar da sede ser de fato uma região onde os brancos eram maioria, eles não possuíam o monopólio das residências. Logo, na sede e no município como um todo não ocorreu qualquer tipo de processo de segregação espacial. Se até 1939 os brancos eram a maioria dos moradores da região central da Baixada Fluminense, não há uma clara exclusão do espaço de convivência, pois ali pardos e pretos estiveram compondo em alguns momentos 40% da população. Se a cidade, aparentemente, era dominada pelos brancos, em contrapartida, os pardos, além de estarem na sede e no interior, se concentraram basicamente nos municípios ao entorno. Ao mesmo tempo em que, em localidades mais afastadas, como Duque de Caxias, também encontraram um lugar para morar.

Entretanto, um dos dados mais interessantes se referiu aos pretos. Eles não estavam concentrados em nenhuma parte da Baixada Fluminense, pelo contrário, se espalharam por todas as regiões. Aparentemente, a eles não foi impedido à mobilidade e tão pouco houve algum tipo de segregação, com a consequente formação de guetos e favelas. Logo, mesmo morando distantes da sede do Município, é provável que estes tivessem acesso à saúde, educação, afinal localidades como Belford Roxo, Mesquita e Duque de Caxias apresentavam já nesta época inúmeros caminhos que aceleravam inclusive o contato com o Distrito Federal.

Assim outro questionamento surge: se não houve impedimentos à mobilidade e à escolha nos locais de moradia, por que os pretos e os pardos optaram por residir ao entorno da sede do Município de Nova Iguaçu? Em Duque de Caxias, em 1890, por exemplo, eles compunham 81,84% da população. No período que se seguiu a abolição, 1889 a 1939, eles não foram expulsos e muito menos migraram para o Distrito Federal, pelo contrário, permaneceram e, provavelmente, a família continuou residindo nos locais onde os pais e os avós foram escravizados. Essa permanência também só foi possível por conta das políticas públicas de dessecamento de regiões alagadiças e consequente venda de terras até então inabitadas. Além disso, muitos proprietários abandonaram a região após a crise do café, e suas terras foram vendidas em pequenos lotes, normalmente muito baratos (Rocha, 2000, p. 30). O projeto camponês da pequena propriedade, aliada ao comércio de pequenos gêneros com trabalho nas grandes lavouras de laranja, parece, em Nova Iguaçu, ter sido muito bem-sucedido. Ou seja, foi

possível, para pardos e pretos se inserirem socialmente na região, mesmo com a proliferação de doenças endêmicas.

## Considerações finais

O artigo pretendeu indicar caminhos de pesquisa, assim como demonstrou indícios sobre a experiência de pardos e pretos em momentos endêmicos e pandêmicos. Com a falta de documentos oficiais, registros e até mesmo censos das regiões periféricas, neste artigo defendi o uso dos registros civis de nascimento e óbito para essas análises. Mesmo diante de um problema de sub registro muito comum, inclusive até os dias de hoje – vide as campanhas do governo federal para os registros de crianças do interior do Brasil –, os registros de óbitos são importantes fontes para mostrar indícios do que pode ter acontecido a pardos e pretos no período do Pós-abolição.

Com a pesquisa empírica nos registros de óbitos do cartório de Nova Iguaçu foi possível, mesmo que preliminarmente, colaborar com a historiografia do pós-abolição em relação aos impactos das doenças nesse grupo. De acordo com os gráficos apresentados, pretos foram os que mais sofreram com as doenças infectocontagiosas, seja por morarem em lugares insalubres, seja por um menor acesso a assistência médica. Residir mais perto ou distante da sede ou da capital federal interferia diretamente na possibilidade de sobreviver ou morrer.

Por fim, quero destacar a importância desse estudo sobre as famílias negras. Ainda se sabe pouco como isso impactou a sua formação, a continuidade no tempo e a mobilidade social de negros. Doenças, endemias, pandemias atingiram em cheio famílias negras no Brasil, e ainda menos se conhece sobre seus efeitos nas periferias do país. Afinal a inexistência de membros familiares impactava diretamente na economia doméstica, nas estratégias de ocupação de empregos e de acúmulo de patrimônio geracionalmente. Ainda há muito que pesquisar.

## Referências

### Fontes

Registro Civil de Óbitos do 1º Ofício de Registros de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu (RCO). Livro 1, reg. 145, 1889.

RCO. Livro 2, reg. 373, 1889.

RCO. Livro 6, reg. 300, 1909.

RCO. Livro 1, reg. 145, 1889.

RCO. Livro 6, reg. 235, 1909.

RCO. Livro 11, reg. 293, 1919.

RCO. Livro 11, reg. 130, 1919.

RCO. Livro 6, reg. 296, 1909.

## Bibliografia

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge; Kegan Paul, 1981.

BASSANEZI, C. B. Uma Fonte Para O Estudo Da Migração e Do Migrante: Os Registros Dos Eventos vitais. *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências*, v. 1, n. 2, 2011.

BERTOLLI FILHO, Claudio. A gripe espanhola em São Paulo: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003. *Apud*: BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

BEZERRA, Nielson. *A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara - Duque de Caxias, RJ*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1997].

CORREIA, M. A discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos. *Revista Alfa*, v. 50, n. 2, jul.-dez. 2006.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho de. "*Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade*": Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Curitiba: Appris, 2020.

FIGUEIREDO, C. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso e Simão, 1899.

FONSECA, S. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1926.

FREIRE, L.; CAMPOS, J. L. *Grande e novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUEDES, R. *Egressos do Cativo: Trabalho, Família, Aliança e Mobilidades Social*. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto; FRAGOSO, J. L. R. (Orgs.). *História social em registros paroquiais* (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARCÍLIO, M. Os registros eclesiásticos e a demografia histórica da América Latina. In: *Memórias da I Semana da História*. Franca, 1979. *Apud*: NADALIN, S. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas, SP: ABEP, 2004.

MATTOS, H. *Das Cores do Silêncio: Significados da liberdade no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, H. *Das Cores do Silêncio: Significados da liberdade no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

PEREIRA, Waldick. *A Mudança da Vila (História Iguaçuana)*. Nova Iguaçu, RJ: Artesgráfica, 1970.

- PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja: História econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC, 1977.
- RIOS, Ana M. L. *Família e Transição (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 1990.
- ROCHA, Jorge Luís. De quando dar os Anéis – A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações. *Hidra de Iguassú*, n. 3, abr.-jun. 2000.
- SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato da Gama-Rosa. *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SENERA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. Vol. 2: Estatísticas Legalizadas (c. 1889-c. 1936). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Disseminação de informações, 2006.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. 8.<sup>a</sup> ed. (rev. e ampl.). [S. l.]: [s. n.], 1890.
- SOUZA, Marlúcia dos Santos. *Economia e sociedade iguaçuana*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2000.
- SOUZA, Sonali Maria. *Da Laranja Ao Lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- TORRES, Gênesis (Org.). *Baixada fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004.